

# Fotografia de boa vizinhança: uma norte-americana no Brasil (1941-1942)

*Richard Cândida Smith\**

## **Resumo**

Em 1941 o governo dos EUA encomendou três fotógrafos para morar no Brasil e tirar fotos do país que poderiam ser usadas em revistas e jornais dos EUA em artigos explicando a aliança Brasil-Estados Unidos. Este artigo discute a fotografia brasileira de Genevieve Naylor, colocando sua representação da vida cotidiana brasileira em relação às convenções de documentário social desenvolvidas nos Estados Unidos nas décadas de 1920 e 1930. Enquanto a maioria dos estudos históricos da política da boa vizinhança já olhou os esforços dos EUA para influenciar a opinião pública na América Latina, este artigo centra-se sobre como o governo usou o intercâmbio cultural para combater atitudes isolacionistas difundidas dentro dos Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Política de Boa Vizinhança. Genevieve Naylor. Fotografia documental social. Segunda Guerra Mundial.

Neste ensaio eu respondo ao trabalho da professora Ana Maria Mauad, que analisou a fotografia de Genevieve Naylor, norte-americana que viajou pelo Brasil entre 1940 e 1942 como funcionária do governo norte-americano<sup>1</sup>. Naylor e dois outros fotógrafos norte-americanos foram enviados ao Brasil para documentar o País durante a época da “Boa Vizinhança”. As fotografias de Naylor foram publicadas nos jornais e revistas norte-americanos, e, em 1943, o Museu de Arte Moderna de Nova York organizou uma exibição de cinquenta fotos. O crítico do *New York Times* louvou a obra e escreveu que o olho de Naylor revelava que no Brasil há muito futebol, bondes apinhados, mulheres admiravelmente belas, festas alegres e almoços grátis nas escolas; em resumo, a vida cotidiana é agradável, mas nada extraordinária. Depois da Segunda Guerra Mundial, Naylor se tornou fotógrafa de moda em Nova York, e as suas fotografias brasileiras foram esquecidas. Ela faleceu em 1989 e, depois, o interesse por suas fotografias brasileiras foi renovado. Foi organizada uma exibição na Universidade de Columbia e publicado um livro com reproduções excelentes.

Estudiosos brasileiros e norte-americanos têm escrito sobre a obra brasileira de Naylor, incluindo a professora Ana Maria Mauad, que enfatiza a cultura da política da Boa Vizinhança como parte de uma estratégia para mobilizar os cidadãos dos países americanos em defesa de valores liberais, que sempre se identificavam com as prioridades do governo dos Estados Unidos. A estada de Naylor no Brasil fez parte do programa do governo norte-americano voltado para definir e controlar a aliança pan-americana. Segundo Ana Maria Mauad, Genevieve Naylor escapou dos limites da política oficial, tanto norte-americana quanto brasileira, por produzir fotografias que revelam a complexidade e a multiplicidade da sociedade brasileira face às ideologias e estereótipos existentes na época. Fomenta-se uma conexão entre os cidadãos do Brasil e dos Estados Unidos, baseada no reconhecimento da condição humana compartilhada. Com certeza, o resultado serviu ao projeto de defender os valores liberais e a imaginação pelos quais os Estados Unidos e a sua Organização das Nações Unidas estavam lutando para toda a humanidade, e não

somente para proteger os interesses dos ricos e poderosos.

Os temas que Ana Maria Mauad explorou me interessaram porque estou investigando a política de intercâmbio cultural entre os Estados Unidos e outros países da América, pesquisa esta que engloba desde o início do século XX. Acho que os fundamentos da cultura global contemporânea podem ser procurados nas contradições do pan-americanismo. Para entender a política cultural de Boa Vizinhança, eu decidi focalizar a carreira norte-americana de Érico Veríssimo, o brasileiro mais conhecido nos Estados Unidos durante os anos 1940 e 1950, claro que sem incluir Carmem Miranda, que, como uma celebridade de Hollywood, ocupou uma posição sem igual no imaginário popular global. Como Carmem Miranda ou Naylor, Veríssimo tornou-se uma ponte entre o Brasil e os Estados Unidos por meio da valorização da “condição humana” subjacente nas situações históricas nacionais. As atividades de Naylor e de Veríssimo serviram aos interesses de ambos os governos, que queriam projetar a imagem de uma relação especial que poderia ser confundida com a condição humana em geral.

Naylor e Veríssimo participaram da onda de viagens e reportagens pan-americanas antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Coube aos intelectuais e artistas latino-americanos o maior papel e o mais importante. Entre 1940 e 1945, mais de dois mil escritores, artistas e intelectuais da América Latina viajaram aos Estados Unidos anualmente, e todas as despesas correram por conta do governo dos Estados Unidos. Na mesma época, todo ano, cerca de duzentos norte-americanos, como Genevieve Naylor, visitavam os países latino-americanos. Influenciar a opinião pública na América Latina era objetivo importante, mas o programa moldou também a opinião pública nos Estados Unidos, combatendo os bem-difundidos sentimentos isolacionistas. Para compreender os objetivos dos programas de intercâmbio cultural, destaco os objetivos internos dos Estados Unidos ao invés dos externos porque a política interna fica ignorada ou compreendida incorretamente. Para focalizar estes objetivos, vou comparar as fotografias de Naylor com outras imagens da época que revelam convenções visuais norte-americanas

importantes a fim de compreender as imagens tiradas por Naylor durante a sua estada no Brasil.

O projeto de intercâmbio cultural pan-americano não começou com a política da Boa Vizinhança, mas quase trinta anos mais cedo. Em 1912, o Carnegie Endowment for International Peace inaugurou um programa para que os intelectuais da América Latina pudessem viajar aos Estados Unidos e dar palestras enquanto os intelectuais norte-americanos passavam um tempo no Sul. O projeto foi concebido por Elihu Root, o presidente do Carnegie Endowment. Root era um chefe importante do partido Republicano, o qual tinha sido ministro da Guerra de 1899 a 1904. E depois, entre 1905 e 1909, ele exerceu o cargo de *Secretary of State* como ministro de assuntos estrangeiros. Nos dois cargos, Root construiu os alicerces do poder internacional dos Estados Unidos no século XX. Entre as inovações criadas por ele, acho importante citar a formação da União Pan Americana como instrumento primordial da política internacional dos Estados Unidos. Em 1910, quando ele foi nomeado o primeiro presidente das vinte filantropias adotadas pelo industrial do aço Andrew Carnegie, Root voltou sua atenção para a sociedade civil. Dentre os seus interesses mais calorosos, o mais importante era aprimorar o entendimento da opinião pública estrangeira dentro dos Estados Unidos.

Root elaborou uma visão da governança internacional sobre duas bases: a primeira foi a codificação da lei internacional e a construção de um sistema de tribunais internacionais com poderes robustos para represar disputas entre os países do mundo; a segunda base era um sistema bem organizado de intercâmbio cultural e intelectual que deveria estimular alianças entre os cidadãos dos diversos países com objetivos comuns. Com o apoio da opinião pública (claro que entendida como opinião somente dos cultos, dos profissionais e dos comerciantes ricos), formam-se organizações não governamentais, transnacionais que podem pressionar governos nacionais a solucionar suas diferenças por processos jurídicos, em vez de partir para a guerra. Com certeza, os públicos internacionais nunca poderiam alcançar pleno consenso sobre qualquer assunto, mas a instituição de intercâmbio regularizado presume a preocupação

de se manter o respeito dos públicos de outros países. A opinião pública estrangeira se tornaria uma força ativa nos debates nacionais de países “civilizados”. A determinação de manter um intercâmbio internacional iria se tornar mais importante do que prevalecer em qualquer ponto. É uma perspectiva utopista e também hegemônica. Os ideais e o poder nunca se dividem, embora muitas vezes haja desencontros.

Quero salientar que Elihu Root não estava preocupado com a exportação da cultura dos Estados Unidos para o exterior porque ele sentiu que as forças de mercado eram eficazes. O problema era que as forças de mercado dentro dos Estados Unidos estavam bloqueando a importação de produtos culturais de outras nações. Uma ação privada, portanto, de organizações sem fins lucrativos como entidades filantrópicas, escolas, museus e bibliotecas, seria necessária para os Estados Unidos se posicionarem como um líder mundial responsável. Não me interessa a questão de que suas ideias sejam ingênuas ou cínicas, subterfúgios para a extensão do poder dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. A existência de uma ordem mundial gerada pelos norte-americanos, um império informal, era tida como certa. O meu argumento mais importante é que os objetivos principais do intercâmbio cultural foram internos, que os programas funcionaram para mudar a opinião pública doméstica, para formar um público internacionalista. Era preciso facilitar a política expansionista e intervencionista. O inimigo, neste caso, foram os “isolacionistas”, termo polêmico que não tinha qualquer significado real diferente de indicar os adversários do ativismo internacional. A maioria desses adversários era composta de conservadores, reacionários mesmo. Desde os anos de 1910, as propostas de Root fomentaram debates nos Estados Unidos, sobretudo porque elas presumiam que o país precisava ser reformado para assumir a liderança global. Os defensores da segregação racial, por exemplo, rechaçaram quaisquer influências internacionais que pudessem resultar em igualdade civil e política para as minorias raciais, e então eram fortemente suspeitos de envolvimento internacional.

Em 1912, a filantropia Carnegie iniciou os primeiros programas de

intercâmbio cultural. O maior era entre os Estados Unidos e a América Latina, mas houve outro programa para os países da Ásia. Após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o programa pan-americano cresceu rapidamente. A Carnegie forneceu também fundos para expandir o ensino de espanhol e português nas escolas e faculdades norte-americanas. Em 1925, o espanhol tinha saltado à frente do francês e do alemão como a língua estrangeira mais estudada nos Estados Unidos. O número de universidades que ofereciam o português aumentou também. Nenhum resultado foi devido a mudanças aleatórias nas prioridades dos alunos. Um esforço bem orquestrado e financiado promoveu uma consciência continental dentro dos Estados Unidos, na qual era mais “natural” para os norte-americanos aprender as línguas principais da região. Os cidadãos dos Estados Unidos estavam começando a agir de uma forma como se estivessem vendo a si próprios como cidadãos hemisféricos.

Em 1938, a probabilidade de uma nova guerra mundial cresceu, e o Departamento de Estado estabeleceu um subdepartamento de relações culturais. A nova agência deveria coordenar programas existentes de gerência privada e fornecer financiamento para aumentar o nível de atividade. Sobretudo, essa agência deveria garantir que os programas de intercâmbio cultural apoiassem uma mobilização nacional para o país enfrentar a guerra. Já havia na sociedade civil muitas atividades bem desenvolvidas de intercâmbio cultural, e o governo contou com esses recursos. Para cada dólar federal gasto entre 1938 e 1945, havia vinte dólares gastos pelas entidades filantrópicas, organizações do setor privado e governos estaduais e locais.

O primeiro resumo dos objetivos do novo departamento afirmou, inequivocamente, que o objetivo mais importante era aumentar o número de intelectuais latino-americanos a visitar os Estados Unidos, e esse subdepartamento deveria auxiliar os convidados a estabelecer relações com as universidades, com as editoras norte-americanas e outras instituições que pudessem apresentar a obra dos convidados ao público norte-americano. O memorando argumentou que os livros e artigos escritos sobre a América Latina pelos norte-americanos estavam cheios de estereótipos. Uma maior participação de autores

latino-americanos em publicações norte-americanas poderia superar os estereótipos e ajudar o público norte-americano a compreender suas ligações profundas com os aliados hemisféricos. Além disso, os latino-americanos convidados para ir aos Estados Unidos foram incentivados a dar palestras aos vários grupos. Entre 1943 e 1945, Érico Veríssimo ensinou literatura brasileira na Universidade da Califórnia, Berkeley, mas ele falou também a não menos que duzentos grupos em todas as partes do país. Ele deu palestras em clubes de mulheres, grupos estudantis, associações de empresários, bem como muitas igrejas e clubes cívicos. Ele falou no rádio várias vezes e foi convidado para batizar o *destroyer* (destróier) que ganhou o nome do diplomata brasileiro Rio-Branco. Devido a sua origem na cultura de gado do Rio Grande do Sul, ele foi particularmente bem-sucedido em conquistar audiências no Texas e outros estados que eram fortemente isolacionistas.

As palestras foram parte de um programa destinado a dar aos cidadãos dos Estados Unidos um senso de conexão pessoal com seus aliados. Os estudiosos que analisaram o programa de distribuição de filmes interamericanos estimam que, em cada mês, cinco milhões de pessoas nos Estados Unidos viram filmes patrocinados pelo governo sobre temas latino-americanos. O objetivo era “[...] inspirar uma compreensão simpática da América Latina e um interesse positivo na região como objeto de estudo, viagens ou investimento.” Mais especificamente, o programa de palestras, filmes, livros, artigos e imagens deveria inculcar uma disposição positiva em direção à política de Boa Vizinhança e estimular uma apreciação da importância da região.

Celebridades, escritores e artistas norte-americanos que visitaram a América Latina foram outro recurso para moldar a opinião pública dentro dos Estados Unidos. A representação de Genevieve Naylor do Brasil precisa ser vista dentro do contexto da administração de Roosevelt e seus aliados progressistas buscando transformar a opinião pública norte-americana, enquanto os críticos do “New Deal” estavam tentando limitar as conexões estrangeiras que pudessem afetar a vida dentro dos Estados Unidos. Agora, vamos olhar mais

uma vez as fotografias de Genevieve Naylor.

A cidadania pode ser vista como um pacto de segurança compartilhada. Então, o Norte, para imaginar que houvesse cidadania pan-americana, requeria a crença de que os aliados latino-americanos tinham capacidade para se proteger, pelo menos com a ajuda de um país mais rico como os Estados Unidos; o Sul requeria a crença de que o aliado poderoso e muitas vezes agressivo fornecesse ajuda sem minar a soberania nacional. Antes de 1943, os dois governos pensaram que a região nordestina do Brasil seria o ponto mais vulnerável nas Américas para a invasão alemã. Quando a ameaça parecia forte, precisavam controlar as desconfianças. Então, durante o período de aliança forte, era preciso representar o aliado para reduzir desencontros. O governo dos Estados Unidos precisou de imagens do Brasil como um país que se tornava moderno, profundamente progressista, com cidadãos simpáticos e humanos, capazes de serem cidadãos globais, semelhantes aos norte-americanos, mas diferentes somente por causa da história. Além disso, como nós vamos ver, as imagens do sistema racial brasileiro tinham um papel importante para debates norte-americanos sobre o seu próprio sistema de segregação das raças.

Durante os anos de 1930, os fotógrafos, ao celebrar a diversidade e o pluralismo dos Estados Unidos, desenvolveram uma linguagem para a representação dos trabalhadores norte-americanos que enfatizava a independência masculina. A atitude preferida foi um pouco ousada, em vez de afirmar a nobreza natural. O trabalhador excelente está convicto de suas próprias habilidades e conhecimentos e obediente apenas às exigências das tarefas manuais. Quando o trabalhador desfruta de emprego e dinheiro, ele ganha autossuficiência e respeitabilidade mais profundas do que as da classe média. A atitude desafiadora se tornou um sinal de determinação para vencer. Os trabalhadores fora da estação de trabalho sempre usam os ternos, os chapéus e as gravatas para indicar a atitude ousada e a autossuficiência do trabalhador moderno. Quando os Estados Unidos entraram na guerra, esta atitude foi adotada para representar os soldados e marinheiros.

Todo o mundo norte-americano entendia que o Brasil era um país mais pobre do que os Estados Unidos, e a preferência do governo brasileiro pela fotografia dos bairros nobres e da indústria lutou contra o estereótipo norte-americano de que todos os brasileiros ainda moravam na selva. Genevieve Naylor examinou a vida dos pobres, bem como a vida dos ricos, mas como um povo contemporâneo e muitas vezes urbano. Apesar das diferenças nacionais, pelo menos uma representação de Naylor de trabalhadores brasileiros repetia as convenções já estabelecidas nos círculos progressistas dos anos 1930 para representar o trabalhador moderno dos Estados Unidos. A questão pertinente foi: podem os trabalhadores do Brasil superar a pobreza nacional? Ternos, gravatas e chapéus desportivos nas fotos tiradas por Naylor ajudam a responder a essa pergunta positivamente. Pelo menos, os homens vestidos de modo semelhante aos trabalhadores norte-americanos neutralizam a pobreza de lugar. As imagens dela funcionam como indícios de que o progresso estava em andamento. Fotos de bondes e trens cheios de viajantes enfatizam a disciplina de trabalhadores brasileiros, enfrentando situações cotidianas que os próprios trabalhadores norte-americanos bem conheciam, mas de uma forma que destacou a etapa mais inicial do Brasil na escalada do progresso. A disciplina cotidiana revela que o Brasil merecia ajuda para contribuir com a defesa da civilização ocidental, e a presença de muitos homens em uniformes entre os passageiros mostra que este aliado já está se defendendo, e como nos Estados Unidos, com soldados populares.

Nos Estados Unidos, o símbolo sem igual de progresso social era a imagem de mulheres modernas, chamadas em inglês de "*working girls*", que participavam do mundo com uma atitude liberada e entusiasmada. As posturas e atitudes das brasileiras na rua nas fotos de Genevieve Naylor evocam imagens anteriores de trabalhadoras urbanas norte-americanas ao final do trabalho desfrutando de uma liberdade conquistada por seus próprios salários. Na cultura pública, exceto na vida das mulheres em casa com suas famílias, a imagem da mulher parecendo autodeterminada foi importante símbolo da modernidade e do progresso. Acho que Naylor representou as

mulheres brasileiras com imagens que os leitores norte-americanos teriam lido positivamente. O cabelo e os vestidos simples, mas bem arrumados, e, sobretudo, as atitudes de autossuficiência exprimem a dignidade e a independência das mulheres na foto anterior, mas talvez com menos elegância urbana, ou com uma elegância diferente de um bairro popular. A visão é do Brasil tornando-se moderno e forte quando se veem as meninas na escola já mostrando uma atitude ousada, sinal de autossuficiência.

Com relações raciais, no projeto oficial de intercâmbio cultural, o Brasil se tornou um país mais avançado, o país que poderia ensinar aos Estados Unidos como alcançar a “democracia racial” e como conseguir a modernidade mais completa. Os escritores latino-americanos que visitaram os Estados Unidos simpatizaram com o crescente movimento pelos direitos civis. Eles quase sempre escreveram sobre as consequências negativas da segregação racial e publicaram artigos sobre isso, além de entrevistas com líderes importantes afro-americanos. Ao invés de ficar consternado com isso, o pessoal do Departamento de Estado que dirigia os programas de intercâmbio cultural defendeu o valor desses comentários para ajudar os meios de comunicação norte-americanos a explicar aos compatriotas as perspectivas dos povos aliados sobre o aspecto da vida norte-americana que, mais do que qualquer outra coisa, minou a liderança global dos Estados Unidos. Érico Veríssimo, durante suas palestras nos Estados Unidos, sempre comparou a violência exigida pelo racismo nos Estados Unidos com a história da mistura racial no Brasil, e o departamento de estado o encorajou a continuar.

A pesquisa da história de raças no Brasil cresceu nos Estados Unidos, e as ideias do antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, particularmente os argumentos apresentados em *Casa Grande e Senzala*, tornaram-se conhecidos nas universidades e foram também citados em jornais e revistas populares. A política da Boa Vizinhança patrocinou muitos estudos de relações raciais no Brasil. Em 1947, Frank Tannenbaum, sociólogo na Universidade de Columbia e figura fundadora de estudos latino-americanos, publicou *Slave and Citizen* (Escravo e Cidadão), livro *best-seller* frequentemente designado

como leitura obrigatória nas universidades e até mesmo nas escolas secundárias durante os vinte anos subsequentes. Comparando os povos afrodescendentes nas Américas, Tannenbaum investiga a história da escravidão e da emancipação para argumentar em prol da superioridade das relações raciais na América Latina. O pan-americanismo catalisou esforços internos para retificar a história de injustiça, ao mesmo tempo afirmando a legitimidade da liderança global dos Estados Unidos.

A avaliação do governo brasileiro de programas de intercâmbio cultural com os Estados Unidos foi amplamente positiva. Um relatório preparado para a Secretária de Estado das Relações Exteriores em 1948 ressaltou a crescente disponibilidade de informações precisas sobre o Brasil nos Estados Unidos. O relatório salienta a publicação de livros que resumiram as leis do Brasil relacionadas a negócios e trabalho, bem como as obras que explicaram os princípios do sistema jurídico brasileiro. Informações mais precisas sobre a história, a geografia, a sociedade e a economia do Brasil estavam disponíveis nos Estados Unidos e também havia um jornalismo sobre a vida no Brasil não contaminado por estereótipos. O autor (ou autores) do relatório observou a expansão significativa de programas para aprender português e salientou que os estudantes norte-americanos aprenderam a gramática e o vocabulário brasileiros. Escritores, músicos e artistas brasileiros passaram a ser mais conhecidos nos Estados Unidos, e o autor louvou o sucesso dos livros escritos por Érico Veríssimo. O relatório concluiu que o intercâmbio cultural tinha melhorado o entendimento do Brasil nos Estados Unidos e que o governo brasileiro deveria continuar a cooperar com esses programas<sup>2</sup>.

Apesar do entusiasmo das autoridades brasileiras, os programas dos quais eles gostavam, na realidade, acabaram com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Nos Estados Unidos, os adversários conservadores de Roosevelt e do “New Deal” tinham se queixado de que o intercâmbio cultural era hostil aos costumes e às crenças da maioria dos cidadãos dos Estados Unidos. Em vez de intercâmbio cultural, eles exigiram que apenas o

fornecimento de informações para os cidadãos de outros países sobre políticas norte-americanas prestaria um serviço melhor. As relações raciais norte-americanas devem ser explicadas como um produto do desenvolvimento histórico do país e, além disso, a separação racial tinha beneficiado as minorias. Em 1944, o Departamento de Estado reestruturou a organização de programas de intercâmbio cultural, criando o departamento de informação pública, que tinha uma dupla responsabilidade: primeiro, informar o público norte-americano sobre atividades de política externa; e, segundo, informar o público das outras nações sobre os Estados Unidos. Os conservadores prevaleceram. Se houvesse programas de intercâmbio cultural, eles só serviriam para moldar a opinião pública em outros países.

A obra de Genevieve Naylor nessa época, assim como a obra de Érico Veríssimo, emergiram, ao mesmo tempo, em um projeto para superar diferenças nacionais com ideias e imagens de uma condição humana compartilhada por todos de boa vontade. As ideias e imagens de modernidade também funcionaram para minimizar as diferenças entre os povos. As críticas das representações universalistas vinham, sobretudo, dos especialistas em estudos latino-americanos. Por exemplo, Lewis Hanke, historiador da América Hispânica colonial, criticou a publicação da tradução para o inglês dos romances de Érico Veríssimo porque o Brasil apresentado nesses romances era moderno e cosmopolita demais. Veríssimo tinha talento para superar diferenças culturais, o que ajudou a seus leitores a descobrir histórias compartilhadas e interesses compartilhados. Para os comentaristas como Lewis Hanke, a literatura publicada nos Estados Unidos deveria ajudar os leitores a entender as diferenças profundas entre os Estados Unidos e América Latina, uma tarefa que exigia uma *expertise* profissional para elucidar. Robert E. Luckey, outro estudioso das culturas latino-americanas da época, reclamou que o trabalho de Veríssimo foi “menos ilustrativo de uma variedade de personalidades brasileiras”. Os leitores nos Estados Unidos ficariam confusos e poderiam imaginar que a vida cotidiana no Brasil pudesse ser compreensível para eles. A maioria dos livros e artigos progressistas sobre a América Latina publicados nos Estados Unidos dos anos 1930 até os anos 1960 afirmou a diferença radical.

Havia muitas causas, muitas delas particulares, pelas quais as fotografias brasileiras de Genevieve Naylor desapareceram por quase cinquenta anos. Eu suponho que para os grupos boêmios e progressistas aos quais pertencia Genevieve Naylor, a linguagem universalista da sua obra pan-americana já não fazia sentido depois do fim da política de “New Deal”, substituída pela insistência, durante a Guerra Fria, nas diferenças radicais para explicar os problemas da relação dos Estados Unidos com o resto do mundo. Genevieve Naylor se tornou fotógrafa de moda, às vezes tirando fotos da vida quotidiana da classe média norte-americana.

A redescoberta – depois do fim da Guerra Fria – de fotografias de Naylor reflete o ressurgimento de ideais liberais que podem neutralizar as dicotomias fracassadas que têm moldado as utopias políticas do século XX. Os diversos Brasis apresentados em seu trabalho são indícios preciosos de como funciona a diferença no mundo contemporâneo. Claro que é preciso considerar como o pluralismo consolidou uma ideologia hegemônica e imperialista pela mobilização de esperanças que pode ter ultrapassado o abismo entre povos separados pela exploração das diferenças.

## Notas

\* Richard Cândida Smith é professor de história na Universidade da Califórnia, Berkeley; ele escreve sobre a história intelectual e cultural dos Estados Unidos. Autor de *Utopia and Dissent: Art, Poetry, and Politics in California* (Berkeley: University of California Press, 1995), *Mallarmé's Children: Symbolism and the Renewal of Experience* (Berkeley: University of California Press, 1999), *The Modern Moves West: California Artists and Democratic Culture in the Twentieth Century* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009) e *Circuitos de Subjetividade: História Oral, O Acervo e como Artes* (São Paulo: Letra e Voz, 2012). Editor de *Art and the Performance of Memory: Sounds and Gestures of Recollection* (Londres: Routledge, 2002) e, com Ellen DuBois, de *Elizabeth Cady Stanton: Feminist as Thinker* (Nova Iorque: New York University Press, 2007). Em 2010, foi professor de estudos americanos na Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro. Também lecionou cursos na Universidade de São Paulo e está trabalhando em um livro sobre o pan-americanismo e intercâmbio cultural interamericano. Tem atuado no grupo de trabalho sobre memória e narrativa, um fórum internacional e interdisciplinar de estudiosos. E-mail: <candidas@berkeley.edu>.

<sup>1</sup> MAUAD, Ana Maria. Genevieve Naylor, fotógrafa: Impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). In: \_\_\_\_\_. **Poses e flagrantes: Ensaio sobre história e fotografias**. Niterói: Editora de Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 195-226.

<sup>2</sup> File 6921/914, Índice: Conhecimento sobre o Brasil nos Estados Unidos, 19 November 1948, in archives of Secretária de Estado das Relações Exteriores, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Recebido em 26 de fevereiro de 2013.  
Aprovado em 1º de novembro de 2013.

## **Abstract**

In 1941 the U.S. government sent three photographers to Brazil to take pictures of the country that could be used in U.S. newspapers and magazines when they ran articles explaining the U.S.-Brazilian alliance during World War II. This article discusses the Brazilian photography of Genevieve Naylor, placing this body of work in relation to social documentary conventions developed in the United States in the 1920s and 1930s. While most historical studies of the Good Neighbor Policy have looked at U.S. efforts to influence public opinion in Latin America, this article focuses on how the government used cultural exchange to combat widely held isolationist attitudes inside the United States.

**Keywords:** Good Neighbor Policy. Genevieve Naylor. Social documentary photography. World War II.